Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante "Cedro" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de duas fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante "Cedronorte") e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante "Santo Antônio") – indústrias têxteis instaladas em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE. Anteriomente, a Cedro mantinha operações no exterior através de sua controlada Cedro International Sàrl, estando esta última em processo de dissolução.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de março 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB")).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e instalações industriais na data de transição para os IFRS/CPCs e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem com as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresentadas abaixo:

		% partic	ipação
Razão social	País sede	Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Brasil	99,99%	99,99%
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%

.. .

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para Reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(iv) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação — data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras (despesas)receitas, líquidas" no período em que ocorrem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subseqüentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das duplicatas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado, quando aplicável (ou relevante), com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas efetivas das controladas são calculadas levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedidos, sobre as projeções futuras de resultado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais/bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido.

2.10 Imobilizado

Conforme faculdade estabelecida pelo IFRS 1/CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial do IFRS, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas descritas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua ida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.12 Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia e suas controladas relativos ao empréstimo.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliaram as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluíram que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS – Nota 9), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

2.18 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.19 Normas e interpretações emitidas pelo IASB que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos dos principais novos procedimentos e interpretações:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011.

O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o beneficio de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 16, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria "possível". Caso essa avaliação seja alterada para "provável", esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

4 Gestão do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas do balanço patrimonial. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas com as vigentes no mercado.

(b) Gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais passivos financeiros da Companhia são os fornecedores, as demais contas a pagar, os empréstimos e financiamentos e os derivativos. Com exceção dos empréstimos e financiamentos, cujo fluxo de vencimentos de longo prazo está demonstrado na Nota 15, os demais instrumentos financeiros possuem vencimento no curto prazo (menos de um ano).

(c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios dos seus clientes e os limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(e) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Consolidado		Controlador	
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos em moeda estrangeira	(60.403)	(4.954)	(35.713)	(4.954)
Fornecedores mercado externo	(103)	(22)	(51)	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	2.760	4.834	948	-
Contas a receber em moeda estrangeira	6.908	6.707	3.699	2.584
Exposição ativa (passiva) líquida	(50.838)	6.565	(31.117)	(2.391)

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros dos empréstimos e financiamento esta sumarizada na Nota 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Derivativos - Hedge

A controlada Santo Antônio participa em operações de opções de compra e de venda na Bolsa de Nova York com o objetivo de proteger e gerenciar os riscos inerentes à cotação da sua principal matéria-prima, o algodão. Essas operações têm como objetivo aperfeiçoar a aquisição futura de algodão, potencializando a competitividade da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia e suas controladas geralmente não liquidam suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais. Os instrumentos financeiros negociados podem requerer ajustes de margem de garantia.

A definição técnica destes contratos é sumariada a seguir:

Opções de compra e venda (Européia) são operações de balcão nas quais o comprador da opção de compra ou de venda paga um prêmio inicial e, no vencimento, caso a diferença entre o valor contratado (preço de exercício) e o valor no mercado à vista seja negativa (no caso de uma opção de compra) ou positiva (no caso de uma opção de venda), este exercerá o seu direito. O não exercício das opções ocasionará a perda do prêmio inicial pago, por parte do comprador. O vendedor da opção é quem recebe um prêmio inicial e assume o risco de ganho limitado ao prêmio e perda ilimitada.

Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de algodão, realizados e não liquidados financeiramente, são registrados na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante, conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
	Prêmio na data da negociação	Ganho (perda) na posição	Ganho (perda) na posição
Descrição da operação	US\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
528 Contratos de opções com vencimento			
para junho/2012 - Posição comprada	1.803	(401)	(752)
264 Contratos de opções com vencimento			
para junho/2012 - Posição vendida	(3.027)	(757)	(1.421)
	(1.224)	(1.158)	(2.173)

Os contratos de derivativos possuem chamadas de margem, que consiste em efetuar depósitos para garantir o cumprimento dos contratos. O valor total da margem depositada em 31 de dezembro de 2011 relacionada a esses contratos é de R\$ 1.811, (2010 – R\$ 4.834) registrada em "Outros ativos", no ativo circulante. A posição acima será liquidada em 15 de junho de 2012.

Apesar das variáveis câmbio e cotação da "commodity" ter correlação negativa, o que concorre para reduzir naturalmente os riscos, a análise de sensibilidade abaixo foi efetuada isolando-se uma variável por vez, pois a variação do câmbio influencia de forma oposta a cotação da "commodity". Portanto,

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstramos cenários para (i) a alta dos preços da "commodity", com dólar fixado a R\$ 1,93, tendo como cenário provável a cotação dos contratos futuros em 31 de dezembro de 2011 (US\$ 1,00 por libra) e (ii) a alta da cotação do dólar, com o preço da "commodity" fixado a US\$ 1,13, tendo como cenário provável o dólar a R\$ 1,93. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% nas cotações futuras do dólar ou da "commodity", respectivamente, considerando esta como variável de risco.

		С	onsolidado
			Cenários
Risco	Provável	II_	
Alta da "Commodity"	(2.232)	(2.822)	(3.412)
Alta do dólar	(2.232)	(2.790)	(3.349)

Swap

A Cedro contratou *swaps* que visam proteger a Companhia do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em "despesas financeiras". As principais condições contratuais são as seguintes:

Cenários	Efeitos Financeiros
	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100 % CDI + 3,45%a.a.
Cotação do dólar na data de vencimento for	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233%a.a.
superior a R\$ 1,81	A Companhia irá apurar ganho no Swap caso o efeito da variação cambial positiva (superior a R\$ 1,81) for superior ao efeito do CDI + 3,45% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.
	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100% CDI + 3,45%a.a.
Cotação do dólar na	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233%a.a.
data de vencimento for inferior a R\$ 1,81	A Companhia irá apurar perda no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial negativa (inferior a R\$ 1,81) for superior ao efeito da taxa de 6,233%a.a. (Passivo Itaú) no período compreendido até o vencimento compromissos financeiros em US\$.
	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional.
Cotação do dólar na data de vencimento for superior ao limitador de R\$ 2,20	O Itaú BBA pagará à Companhia o valor nocional fixo em moeda nacional multiplicado pelo fator de 1,18598383 (R\$/US\$ 2,20).
	Considerando o CDI no mesmo patamar do dia de abertura, a Companhia irá apurar ganho no Swap.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ostasão de dáleiros	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional.
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior ao limitador de R\$ 2,20	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar.
	Entre o intervalo de US\$ 1,855 a US\$ 2,200, a Companhia poderá apurar ganhos ou perdas, dependerá da evolução do CDI e da cotação do dólar.
	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional.
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior a R\$ 1,855	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar.
	Neste caso a Companhia irá apurar perdas.

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2011, podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

		Valor No	ocional	Indexador		Valor justo (mercado) – contábil		
	Vencto mês/ano	Posição ativa US\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	Ganho (perda) 31/12/2011
ITAU BBA	2012	1.542	2.854	US\$ futuro*	32,50% CDI	2.875	(2.863)	12
ITAU BBA	2013	4676	8666	US\$ futuro*	32,50% CDI	8.699	(8.679)	20
ITAU BBA	2014	646	1.198	US\$ futuro*	32,50% CDI	1.201	(1.199)	2
ITAU BBA	dez/14	16.574	30.000	US\$ futuro	CDI+3,45% a.a	31.247	(30.333)	914
						44.022	(43.074)	948
Resultado de operações de swap operacionais liquidadas na controlada					(8.046)			
Resultado de swap consolidado no exercício						(7.098)		

Na elaboração da análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, foram utilizadas cotações do dólar, disponibilizadas no mercado financeiro, para cálculo dos valores justos das operações de *swap* para demonstrar o cenário considerado "provável" pela Administração (cenário atual). Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% nas cotações futuras do dólar, respectivamente, considerando esta como variável de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração dos contratos, no vencimento das operações podem ter ganhos nos seguintes cenários (Controladora e Consolidado):

		Valor Nocional		Indexador		Provável	Cenário II	Cenário III
	Vencto mês/ano	Posição ativa US\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)	Ganho (perda)	Ganho (perda)
ITAU BBA	2012	1.542	2.854	US\$ futuro*	32,50% CDI	12	446	446
ITAU BBA	2013	4.676	8.666	US\$ futuro*	32,50% CDI	20	1.146	1.146
ITAU BBA	2014	646	1.198	US\$ futuro*	32,50% CDI	2	134	134
ITAU BBA	dez/14	16.574	30.000	US\$ futuro	CDI+3,45% a.a	914	8.717	16.529
						948	10.443	18.255

(*) Operação com limitador superior no ativo Cedro Cachoeira com dólar cotado a R\$ 2,20.

Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela administração.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício social, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2011.

				Consolidado
<u>Indexador</u>	Valor	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
TR + 10,46 a 14,20	40.763	1.329	1.661	1.993
100% CDI	9.357	291	363	436
100% CDI + 1,50 a 8,73	19.535	607	759	910
1,08 a 1,80 (LIBOR FIXA)	2.907	90	113	135
TJLP + 3,00 a 7,00	4.085	134	166	200
Taxa Res.635 + 2,80	285	7	9	11
100% SELIC + 3,00	10.951	340	425	510
IPCA + 6,00	5.080	141	176	211
CDI + 112,20	4.466	139	173	208
	97.429	3.078	3.845	4.614

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
<u>Indexador</u>	Valor	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
TR + 10,46 a 14,20	25.934	845	1.057	1.268
100% CDI + 1,50 a 8,73	7.104	221	276	331
TJLP + 3,00 a 7,00	2.295	74	94	112
Taxa Res.635 + 2,80	240	6	8	9
CDI + 112,20	4.467	139	173	208
	40.040	1.285	1.608	1.928

(g) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem inclui a dívida líquida dos empréstimos e financiamentos com rendimentos, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	258.496	220.636	119.685	107.192	
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(29.470)	(18.791)	(17.160)	(9.173)	
Dívida líquida	229.026	201.845	102.525	98.019	
Total do patrimônio líquido	311.018	303.090	289.520	284.074	
Capital e dívida líquida	540.044	504.935	392.045	382.093	
Quociente de alavancagem	42,41%	39,97%	26,15%	25,65%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Estimativa do valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações financeiras.

				Consolidado
		2011		2010
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	29.470	29.470	18.791	18.791
Contas a receber	104.129	104.129	121.308	121.308
Instrumentos financeiros derivativos	2.759	2.759	4.834	4.834
Depósitos judiciais	8.700	8.700	5.869	5.869
Outras contas a receber	2.799	2.799	3.743	3.743
Passivos financeiros				
Fornecedores	(18.067)	(18.067)	(20.417)	(20.417)
Comissões a pagar	(3.169)	(3.169)	(3.280)	(3.280)
Empréstimos e financiamentos	(258.496)	(260.151)	(220.636)	(222.049)
Dividendos propostos	(801)	(801)	(651)	(651)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.173)	(2.173)	(5.531)	(5.531)
Outras contas a pagar	(1.553)	(1.553)	(13.121)	(13.121)
	(136.402)	(138.057)	(109.091)	(110.504)
				Controladora
		2011		2010
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:		<u> </u>		
Caixa e equivalentes de caixa	17.160	17.160	9.173	9.173
Contas a receber	58.373	58.373	65.380	65.380
Instrumentos financeiros derivativos	948	948	-	-
Depósitos judiciais	8.043	8.043	1.425	1.425
Outras contas a receber	777	777	1.003	1.003
Passivos financeiros:				
Fornecedores	(42.689)	(42.689)	(15.540)	(15.540)
Comissões a pagar	(1.737)	(1.737)	(1.769)	(1.769)
Empréstimos e Financiamentos	(119.685)	(119.999)	(107.192)	(107.473)
Dividendos propostos	(137)	(137)	(607)	(607)
Outras contas a pagar	(814)	(814)	(5.401)	(5.401)
	(79.761)	(80.075)	(53.528)	(53.809)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Passivos avaliados a valor justo

A tabela abaixo apresenta os passivos da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

		Nível 2
	2011	2010
Passivos		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Derivativos para negociação	5.531	2.173
Total do passivo	5.531	2.173

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	104.129	121.308	58.373	65.380
Caixa e bancos	10.087	12.548	5.140	8.039
Depósito de margem	2.759	4.834	948	-
Outras contas a receber	2.799	3.743	777	1.003
Depósito judicial	8.700	5.869	8.043	1.425
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações de liquidez imediata	19.383	6.243	12.020	1.134
	147.857	154.545	85.301	76 091
	147.007	134.343	00.301	76.981
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	2.173	5.531	_	-
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	258.496	220.636	119.685	107.192
Fornecedores	18.067	20.417	42.689	15.540
Comissões a pagar	3.169	3.280	1.737	1.769
Dividendos propostos	801	651	137	607
Outras contas a pagar	1.553	13.121	814	5.401
. •				
	284.259	263.636	165.062	130.509

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controlador	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e contas correntes bancárias Certificados de depósitos bancários –	10.088	12.548	5.140	8.039
CDBs	18.791	5.488	11.969	1.084
Outros	591	755	51	50
	29.470	18.791	17.160	9.173

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB possuem rentabilidade próxima à variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Consolidado			Controladora
	2011	2010	2011	2010
Clientes no país	117.440	135.413	63.822	71.898
Clientes no exterior	6.908	6.707	3.699	2.584
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.219)	(20.812)	(9.148)	(9.102)
	104.129	121.308	58.373	65.380

A composição das contas a receber por vencimento são como segue:

		Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010	
A vencer	91.427	111.715	48.277	57.911	
Vencidos					
Até 30 dias	6.857	6.282	3.451	3.691	
Entre 31 e 60 dias	2.971	1.615	1.843	1.280	
Entre 61 e 90 dias	1.360	1.134	776	686	
Acima de 90 dias	21.733	21.374	13.174	10.914	
	124.348	142.120	67.521	74.482	

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

		Consolidado		Controladora
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início do exercício	(20.812)	(27.860)	(9.102)	(13.448)
Adições	(5.538)	(5.296)	(3.046)	(1.608)
Reversão / baixas	6.131	12.344	3.000	5.954
Saldo no final do exercício	(20.219)	(20.812)	(9.148)	(9.102)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	Consolidado			Controladora
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	41.263	22.294	34.004	14.655
Produtos em processo	21.212	22.561	14.458	13.187
Matérias-primas	13.694	22.632	247	3.031
Materiais auxiliares	13.161	13.439	3.558	4.668
Importações em andamento	462	1.859	64	664
Provisão para perdas em estoque	(3.278)	(2.507)	(2.120)	(1.220)
	86.514	80.278	50.211	34.985

A movimentação na provisão para perdas em estoque foi como segue:

		Consolidado		Controladora
	2011	2010	2011	2010
Saldos no início do exercício	(2.507)	(1.465)	(1.220)	(1.040)
Adições	(1.414)	(1.042)	(1.415)	(180)
Reversão / baixas	643		515	
Saldos no final do exercício	(3.278)	(2.507)	(2.120)	(1.220)

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controlado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
ICMS - operações mercantis	2.716	2.472	-	114
ICMS - aquisição de imobilizado	417	416	219	219
Impostos sobre vendas em trânsito	1.215	333	600	243
Outros	106	177	65	94
	4.454	3.398	884	670
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	31.329	29.119	17.455	18.744
ICMS - aquisição de imobilizado	2.980	1.731	567	239
Outros	133	133	133	133
	34.442	30.983	18.155	19.116

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS – Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2011 totalizou R\$ 25.731 (R\$ 25.463 em 2010) e foi registrados no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de matéria-prima em estados com alíquota de ICMS reduzida.

A Lei nº 17.247 também prevê a autorização para utilização do crédito de ICMS para pagamento de insumos e aquisição de bens de capital, em operações internas, até o limite do saldo acumulado existente em 31 de agosto de 2007. A regulamentação deste dispositivo foi deferida no dia 17 de julho de 2008 através do PTA n º 16.000186696.34.

10 Partes relacionadas - controladora

As operações de compras e vendas entre partes relacionadas são feitas a preços de mercado, com prazo médio de 30 dias para pagamento. Não são cobrados juros por atrasos, bem como não são concedidos descontos por antecipações.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira – ABC, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que despesas com as contribuições em 2011 foram consolidado R\$ 772 (2010 – R\$ 590), controladora R\$ 540 (2010 - R\$ 405).

Adicionalmente, a Companhia mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da administração, adquirindo serviços advocatícios que em 2011, totalizam R\$ 437 (2010 - R\$ 177), no consolidado e R\$ 224 (2010 - R\$ 122) na controladora. Os preços dos serviços são compatíveis ou abaixo dos praticados pelo mercado sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Cia. de Fiaçã	o e Tecidos	Cia. de Fia	ção e Tecidos
		Cedronorte	9	Santo Antônio
Saldos	2011	2010	2011	2010
Contas a receber	2.216	1.234	199	-
Dividendos a receber	697	1.245	3.897	258
Fornecedores	(115)	(1.140)	(34.117)	(5.504)
Mútuo ativo (passivo)	518	41	(14.787)	(9.477)
Transações				
Compras	(122)	(1.637)	(183.507)	(110.483)
Vendas	913	588	31.617	32.898
Receitas financeiras	68	4	1	-
Despesas financeiras	(2)	(1)	(760)	(643)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

		Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010	
Honorários	3.638	3.383	2.996	2.760	
Participação nos lucros	1.065	1.127	890	943	
	4.703	4.510	3.886	3.703	

12 Investimentos em controladas

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2011	2010	2011	2010
Milhares de ações possuídas pela Companhia				
Ordinárias	3.376	3.376	2.075.359	2.075.359
Preferenciais	4.673	4.673	1.321.753	1.321.753
Participação da Companhia				
No capital social integralizado	99,99%	99,99%	85,44%	85,44%
No capital votante	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Patrimônio líquido	49.237	47.369	147.596	130.538
Lucro líquido do exercício	2.565	5.736	21.619	2.042

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.877	110.039	152.916
Dividendos recebidos e a receber	(1.245)	(258)	(1.503)
Equivalência patrimonial	5.736	1.744	7.480
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.368	111.525	158.893
Dividendos recebidos e a receber	(696)	(3.896)	(4.592)
Equivalência patrimonial	2.565	18.470	21.035
Saldos em 31 de dezembro de 2011	49.237	126.099	175.336
Composição dos investimentos			
	2011	2010	
Equivalência patrimonial	175.336	158.893	
Ágio	834	834	
Saldos	176.170	159.727	

Outras informações relevantes sobre os investimentos

Em 14 dezembro de 2009, foi realizada Assembléia dos acionistas que deliberou sobre a dissolução da Cedro International Sàrl. Este ato foi protocolado junto ao Registre Du Commerce de Genève, na Suíça, iniciando os procedimentos legais, momento em que foi alterada a razão social para Cedro International Sàrl, en Liquidation. O patrimônio líquido dessa entidade é positivo em R\$ 46 em 31 de dezembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

						Consolidado
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2009	151.208	338.236	10.103	61.530	11.073	572.150
Adições	1.517	2.133	182	-	34.795	38.627
Alienações e baixas Transferências	(821) 1.571	(9.406) 10.688	(81) 66	-	(12.325)	(10.308)
Em 31 de dezembro de 2010	153.475	341.651	10.270	61.530	33.543	600.469
Adições	754	2.063	269	-	37.249	40.335
Alienações e baixas	-	(4.548)	(23)	-	-	(4.571)
Transferências	4.896	28.831	206		(33.933)	
Em 31 de dezembro de 2011	159.125	367.997	10.722	61.530	36.859	636.233
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2009	(35.743)	(222.500)	(6.853)	-	-	(265.096)
Depreciação	(3.436)	(9.070)	(318)	-	-	(12.824)
Alienações e baixas	266	7.194	79	-	-	7.539
Em 31 de dezembro de 2010	(38.913)	(224.376)	(7.092)	-	-	(270.381)
Depreciação	(3.374)	(8.262)	(339)	-	-	(11.975)
Alienações e baixas		3.519	23			3.542
Em 31 de dezembro de 2011	(42.287)	(229.119)	(7.408)			(278.814)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2010	114.562	117.275	3.178	61.530	33.543	330.088
Em 31 de dezembro de 2011	116.838	138.878	3.314	61.530	36.859	357.419

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Co	ontroladora
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação				-		
Em 31 de dezembro de 2009	81.991	166.439	9.221	44.767	3.265	305.689
Adições	9	1.221	52	-	7.473	8.755
Transferências	157	1.604	55		(1.816)	
Em 31 de dezembro de 2010	82.157	169.264	9.328	44.767	8.922	314.444
Adições	2	1.557	131	_	9.705	11.395
Alienações e baixas	-	(3.380)	(23)	-	-	(3.403)
Transferências	489	10.093	114		(10.696)	
Em 31 de dezembro de 2011	82.648	177.534	9.550	44.767	7.931	322.436
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2009	(22.293)	(120.016)	(6.426)	-	-	(148.741)
Depreciação	(2.023)	(4.204)	(230)	=	-	(6.457)
Alienações e baixas	(554)	(736)	(1)			(1.291)
Em 31 de dezembro de 2010	(24.870)	(124.956)	(6.657)	-	-	(156.489)
Depreciação	(1.960)	(3.993)	(232)	=	-	(6.185)
Alienações e baixas		2.621	23			2.644
Em 31 de dezembro de 2011	(26.830)	(126.328)	(6.866)			(160.030)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2010	57.287	44.308	2.671	44.767	8.922	157.955
Em 31 de dezembro de 2011	55.818	51.206	2.684	44.767	7.931	162.406

Custos de empréstimo capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a instalação contínua para tingimento índigo, ampliação para a tecelagem jato de ar, estação de tratamento de efluentes líquidos e caldeira flamotubular. Para conclusão desses projetos, a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Durante o exercício de 2011, foram capitalizados R\$ 3.125 (R\$ 1.198 em 2010). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,65%, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia e suas controladas elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Historicamente, a Companhia e suas controladas não

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efetuam a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, quando o valor residual dos itens do imobilizado é considerado próximo de zero.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir.

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação
Edificações e benfeitorias	1,70%
Máquinas, equipamentos e instalações	3,20%

14 Intangível

· ·			Co	nsolidado		Cor	ntroladora
	Vida útil indefinida	Vida	útil definida			útil definida	
-	Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total
Custo							
Em 31 de dezembro de 2009 Adições	1.592	2.141	12.894 128	16.627 129	841 2	8.467 128	9.308 130
Em 31 de dezembro de 2010 Adições	1.592 -	2.142	13.022 234	16.756 234	843	8.595 236	9.438 236
Em 31 de dezembro de 2011	1.592	2.142	13.256	16.990	843	8.831	9.674
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2009 Amortização	(758) -	(914) (207)	(7.354) (1.342)	(9.026) (1.549)	(291) (80)	(3.075) (1.236)	(3.366) (1.316)
Em 31 de dezembro de 2010 Amortização	(758)	(1.121) (208)	(8.696) (1.274)	(10.575) (1.482)	(371) (80)	(4.311) (1.251)	(4.682) (1.331)
Em 31 de dezembro de 2011	(758)	(1.329)	(9.970)	(12.057)	(451)	(5.562)	(6.013)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2010	834	1.021	4.326	6.181	472	4.284	4.756
Em 31 de dezembro de 2011	834	813	3.286	4.933	392	3.269	3.661

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

				Consoli			Consolidado
					2011		2010
Modalidade	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito - Taxa Fixa	R\$	2017 - 2020	4,50 a 9,78	5.161	34.181	3.071	26.461
Cédula de crédito – TJLP	R\$	2013 - 2020	TJLP +4,50 a 9,78	1.172	2.909	1.033	3.241
Proim/ Proinvest	R\$	2013 - 2015	4,50 a 9,78	3.862	5.330	3.359	8.288
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635	R\$	2013 - 2015	4,50 a 9,78	90	194	79	255
C.C.Industrial	R\$	2012 e 2013	TR+12,06 a TR+14,20	38.651	2.113	13.216	12.250
EGF - Cédula Rural Pignoratícia	R\$	2012	6,75	17.724	-	35.035	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2013	100% SELIC + 3,00	8.396	2.556	-	-
Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2012 - 2014	100% CDI + 1,50 a 2,92	17.782	11.087	6.362	7.434
Financiamento de Importação	US\$	2012	1,80 (<i>Libor</i> Fixa)	2.908	-	-	-
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20 % CDI	2.236	2.231	1.996	3.962
Empréstimo Internacional – 4131	US\$	2014	4,676	156	31.091	-	-
Conta Garantida	R\$	2012	CDI + 2,00	24	-	9.986	-
Vendor	R\$	2012	10,5	68.642		84.608	
				166.804	91.692	158.745	61.891

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						(Controladora
					2011		2010
Modalidade	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito - Taxa Fixa	R\$	2017 - 2020	4,50 a 9,78	253	5.586	420	966
Cédula de Crédito - TJLP	R\$/UR/TJLP	2013 - 2020	TJLP + 4,50 a 9,78	722	1.573	721	2.285
Proim / Proinvest Cédula de Crédito Industrial - Finame Res	R\$/IPCA	2013 - 2015	4,50 a 9,78	676	2.010	643	2.492
635	R\$/UM/BNDES	2013 - 2015	4,50 a 9,78	77	165	66	216
C.C.Industrial	R\$/TR	2012 e 2013	TR+12,06 a TR+14,20	24.434	1.500	7.143	6.650
EGF - Cédula Rural Pignoratícia	R\$	2012	6,75	-	-	16.621	-
Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2012 - 2014	100% CDI + (1,50 a 2,92)	7.086	-	4.060	3.685
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2011	127% CDI	-	-	1.004	-
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20 % CDI	2.236	2.230	992	3.962
Empréstimo Internacional - 4131	US\$	2014	6,2330 (Tx+IR)	156	31.091	-	-
Conta Garantida	R\$	2012	CDI + 2,00	18	-	4.991	-
Vendor	R\$	2014	10,5	39.872		50.275	
				75.530	44.155	86.936	20.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 2010 vencem como segue:

	Consolidado		Controladora
2011	2010	2011	2010
-	29.180	-	13.789
32.708	11.181	12.085	3.507
34.352	6.095	27.056	1.525
6.615	4.889	1.530	878
18.017	10.546	3.484	557
91.692	61.891	44.155	20.256
	32.708 34.352 6.615 18.017	2011 2010 - 29.180 32.708 11.181 34.352 6.095 6.615 4.889 18.017 10.546	2011 2010 2011 - 29.180 - 32.708 11.181 12.085 34.352 6.095 27.056 6.615 4.889 1.530 18.017 10.546 3.484

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil de R\$ 143.203 (R\$ 132.539 em 2010). A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 51.309 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 37.087 em 2010).

16 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas registraram provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas e consideram as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas aos processos, cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Consolidado
	2009	Adições	Baixas	2010	Adições	Baixas	2011
Tributárias							
IOF	24	-	-	24	-	-	24
PIS e Cofins	978	-	-	978	-	(5)	973
Seguro Acidente do Trabalho	805	-	-	805	-	(805)	-
Taxas florestais/Ibama	180	-	(180)	-	-	-	-
Taxa de incêndio de edificações	167	34	-	201	-	(201)	-
Multa Setor Aduaneiro	-	-	-	-	396	-	396
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	<u> </u>	2.396	<u> </u>	2.396			2.396
	2.154	2.430	(180)	4.404	396	(1.011)	3.789
Trabalhistas	473	22	(64)	431	745	(686)	490
Total das contingências	2.627	2.452	(244)	4.835	1.141	(1.697)	4.279
Depósitos judiciais	(2.279)	(2.168)	134	(4.313)	(436)	1.491	(3.258)
	348	284	(110)	522	705	(206)	1.021
				_	_		Controladora
	2009	Adições	Baixas	2010	Adições	Baixas	2011
Tributárias							
IOF	24	-	-	24	-	-	24
PIS e Cofins	501	-	-	501	-	-	501
Seguro Acidente do Trabalho	795	-	-	795	-	(795)	-
Taxas florestais/Ibama	73	-	(73)	-	-	=	-
Taxa de incêndio de edificações	108	19	-	127	-	(127)	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	<u> </u>	2.396	<u> </u>	2.396	<u> </u>		2.396
	1.501	2.415	(73)	3.843	-	(922)	2.921
Trabalhistas	414	12	(64)	362	394	(605)	151
Total das contingências	1.915	2.427	(137)	4.205	394	(1.527)	3.072
Depósitos judiciais	(1.670)	(2.135)	73	(3.732)	(216)	1.263	(2.685)
	245	292	(64)	473	178	(264)	387

(i) PIS e COFINS

Provisão relativa exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, valores referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. Para os demais períodos, as contribuições foram recolhidas na íntegra, passando a ser tratada como contingencia ativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Taxa de incêndio de edificações

Discute-se a exigibilidade da taxa instituída pelo Estado de Minas Gerais, montante depositado judicialmente. Em 2011 foi protocolado pedido de renuncia da ação, as taxas passaram ser recolhidas ao fisco estadual.

(iii) Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/2009 – REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido obter a compensação dos depósitos atualizados.

(iv) Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R\$ 4.543 (Consolidado) e R\$ 3.285 (Controladora), em 31 de dezembro de 2010 R\$ 7.177 (Consolidado) e R\$ 2.355 (Controladora) referem-se a contingências de natureza trabalhista e tributária cujo desfecho é considerável possível, para os quais não foram constituídas provisões.

(v) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberado o aumento do capital social de R\$ 47.400, mediante a capitalização de reservas e com emissão de ações. O Capital Social passou de R\$102.600 para R\$150.000, e a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. Foram emitidas 3.670.205 ações ordinárias e 2.760.736 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2011, está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto (2010 - 2.036.899) e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto (2010 - 1.532.160), perfazendo o total de 10.000.000 (2010 - 3.569.059), todas escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- Reserva legal representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. O cálculo do dividendo é assim demonstrado: Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2011 e 2010 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

_		Consolidado
_	2011	2010
Lucro líquido do exercício da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	21.619	2.042
Realização do custo atribuído	17	58
Constituição das reservas legal e de incentivos fiscais	(3.391)	(894)
Base de cálculo dos dividendos	18.245	1.206
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada	4.561	302
Dividendo devido aos minoritários na controlada (14,565%)	667	44
Dividendos a pagar	667	44
		Controladora
	2011	2010
Lucro líquido do exercício da Controladora	12.780	14.356
Realização do custo atribuído	2.169	2.348
Base de cálculo dos dividendos	14.949	16.704
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios	3.737	4.176
Juros sobre o capital próprio, distribuídos no exercício	(4.235)	(4.199)
IRRF incidente sobre juros de capital próprio	635	630
Dividendos a pagar	137	607

19 Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas. A Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

		Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010	
Receita bruta					
Vendas mercado interno	610.418	570.339	354.651	346.869	
Vendas mercado externo	13.891	12.533	7.436	5.164	
	624.309	582.872	362.087	352.033	
Deduções de vendas					
ICMS, PIS e COFINS	(88.452)	(82.295)	(59.998)	(53.986)	
Devoluções e abatimentos	(8.581)	(6.236)	(3.233)	(3.117)	
Receita líquida	527.276	494.341	298.856	294.930	

21 Despesas por natureza

_	Consolidado		(Controladora	
_	2011	2010	2011	2010	
Benefícios a empregados			_		
Salários, incluído custo de rescisões	58.899	50.774	29.975	27.046	
Participações dos empregados	877	1.290	451	675	
Benefícios	17.439	14.217	8.336	7.048	
Custos previdenciários e FGTS	21.849	19.585	11.246	10.541	
_	99.064	85.866	50.008	45.310	
Outros					
Matéria-prima e materiais de consumo	246.623	230.230	189.803	142.367	
Variação dos estoques de produtos					
acabados e em elaboração	(17.479)	(4.989)	(20.619)	4.721	
Energia elétrica	34.881	32.258	12.441	13.977	
Combustíveis	19.369	19.647	12.624	12.303	
Manutenções/serviços de terceiros	17.467	20.277	10.727	12.881	
Depreciações e amortizações	13.459	14.372	7.515	7.773	
Comissões	11.287	10.311	6.014	5.699	
Fretes	18.768	19.519	7.523	8.095	
Provisão para créditos de liquidação					
duvidosa	5.538	5.296	3.046	1.608	
Outras despesas	22.695	18.355	21.103	19.647	
<u> </u>	372.608	365.276	250.177	229.071	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Controladora
	2011	2010	2011	2010
Classificadas como:			_	
Custo dos produtos vendidos	409.508	391.552	262.370	238.358
Despesas comerciais	39.986	38.496	19.801	18.677
Despesas gerais e administrativas	22.178	21.094	18.014	17.346
	471.672	451.142	300.185	274.381

22 Outras receitas (despesas), líquidas

	(Consolidado	Controlado	
Outras Receitas	2011	2010	2011	2010
Taxa de equalização de vendor	724	779	401	456
Indenização de sinistros	430	101	104	18
Venda de energia elétrica	187	130	187	42
Resultado na venda de imobilizado	3.128	661	2.991	466
Reversão de contingências	788	-	1.021	-
Ganho com contratos derivativos e swap	261	-	-	-
Outras receitas	325	230	257	135
	5.843	1.901	4.961	1.117
Outras Despesas				
Despesas tributárias	(1.180)	(2.517)	(585)	(1.575)
Provisão para contingências	-	(3.610)	-	(2.554)
Perda com contratos derivativos e swap	(11.655)	(5.531)	-	-
Pis, Cofins e ICMS sobre outras receitas	(573)	(301)	(331)	(167)
Outras despesas	(743)	(37)	(628)	(276)
	(14.151)	(11.996)	(1.544)	(4.572)
	(8.308)	(10.095)	3.417	(3.455)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Resultado financeiro

	Consolidado			Controladora
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	-	-	(762)	(644)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(4.513)	(3.861)	(2.467)	(1.900)
Juros e encargos sobre financiamentos Atualização débitos - CSLL	(14.871)	(11.523)	(7.700)	(6.245)
(Lei 11.941/2009 – REFIS)	(5.575)	(669)	-	-
Descontos concedidos	(280)	(266)	(129)	(120)
Outras despesas financeiras	(3.413)	(1.212)	(1.706)	(1.375)
	(28.652)	(17.531)	(12.764)	(10.284)
Receitas financeiras				
Atualização depósitos judiciários	3.449	11	3.360	3
Receita de aplicações financeiras	785	765	201	334
Juros recebidos de clientes	3.486	4.017	2.214	2.327
Outras receitas financeiras	1.054	422	1.072	80
	8.774	5.215	6.847	2.744
Variações cambiais líquidas				
Variações cambiais ativas	7.466	1.508	2.262	725
Variações cambiais passivas	(11.631)	(1.932)	(3.321)	(748)
	(4.165)	(424)	(1.059)	(23)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

			Co	nsolidado
	Impos	sto de renda	Contribui	ção social
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto e contribuição social	18.550	15.854	18.550	15.854
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:	(4.638)	(3.964)	(1.670)	(1.427)
Juros sobre o capital próprio	1.059	1.050	381	378
Benefícios do REFIS IV - Lei 11.941/2009	-	64	-	23
IRPJ/CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	(820)	(867)	(295)	(381)
Efeito de IR/CS sobre hedge	1.463	(1.383)	527	(498)
Outros	956	(2.166)	1.337	(837)
IR e CSLL ajustados	(1.980)	(7.266)	280	(2.742)
Incentivo SUDENE (Nota 24(d))	2.430	1.822	-	-
Diferença na alíquota de constituição do IR diferido				
em função do incentivo da SUDENE	2.480			
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	60	119		-
	2.990	(5.325)	280	(2.742)
Reconhecimento (realização) de créditos tributários de exercícios anteriores	51	3.665	(450)	2.761
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(3.367)	_	(1.293)	_
Outros	(548)	482	(285)	(42)
IR e CSLL efetivos	(874)	(1.178)	(1.748)	(23)
Parcela corrente Parcela diferida	(690) (184)	(3.245) 2.067	(1.001) (747)	(333) 310

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Co	ntroladora
	Impost	o de renda	Contribui	ção social
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto e contribuição social	12.261	13.308	12.261	13.308
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%_	9%_
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.065)	(3.327)	(1.103)	(1.198)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Equivalência patrimonial	5.259	1.870	1.893	673
Juros sobre o capital próprio	1.059	1.050	381	378
Benefícios do REFIS IV - Lei 11.941/2009	-	64	-	23
IRPJ/CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	(732)	(782)	(264)	(282)
Outros	1.478	(1.393)	617	(428)
IR e CSLL ajustados	3.999	(2.518)	1.524	(834)
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	40	-	_
· ,	3.999	(2.478)	1.524	(834)
Reconhecimento (realização) de créditos tributários de exercícios anteriores	_	1.669	(20)	2.667
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(3.367)	-	(1.293)	2.007
Outros	(309)	24	(1.200)	_
IR e CSLL efetivos	323	(785)	196	1.833
Parcela corrente	(14)	(1.469)	(5)	71
Parcela diferida	337	684	201	1.762

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

				Consolidado
	Imp	oosto de renda	Contr	ibuição social
Ativo	2011	2010	2011	2010
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores Prejuízo fiscal utilizado para abatimento de multa e juros conforme Lei 11.941/2009 - REFIS IV	57.296 -	65.742	62.693 -	78.213 (7.303)
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	11.874	(8.523)	12.875	(8.291)
Diferenças intertemporais Base de cálculo do IR e CS diferidos	17.222 86.392	15.171 72.390	18.287 93.855	15.043 77.662
Alíquotas	2,2% a 25%	3,2% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	13.917	10.539	8.447	6.990
Crédito tributário não reconhecido contabilmente	(3.401)	(40)	(1.312)	35
	10.516	10.499	7.135	7.025
Passivo diferido	(33.451)	(33.355)	(12.999)	(12.245)
Líquido	(22.935)	(22.856)	(5.864)	(5.220)

				Controladora
	Imp	posto de renda	Cont	ribuição social
Ativo	2011	2010	2011	2010
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	24.922	27.792	32.018	42.106
Prejuízo fiscal utilizado para abatimento de multa e juros conforme Lei 11.941/2009 - REFIS IV	-	-	-	(7.303)
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	15.995	(2.870)	16.938	(2.785)
Diferenças intertemporais Base de cálculo do imposto e contribuição social	7.362	8.475	8.252	8.475
diferidos	48.279	33.397	57.208	40.493
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Crédito tributário	12.070	8.349	5.149	3.644
Crédito tributário não reconhecido contabilmente	(3.413)	(40)	(1.309)	(9)
	8.657	8.309	3.840	3.635
Passivo diferido	(26.326)	(26.433)	(9.477)	(9.515)
Líquido	(17.669)	(18.124)	(5.637)	(5.880)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2021, conforme estudo aprovado pela administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	C	Consolidado		ontroladora
	2011	2010	2011	2010
2011	-	6.342	-	2.356
2012	2.716	3.424	2.204	2.728
2013	2.511	2.492	2.225	1.814
2014	3.211	2.372	2.929	1.712
2015 a 2021	9.213	2.896	5.139	3.334
	17.651	17.526	12.497	11.944

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

			C	onsolidado
	Impo	sto de Renda	Contribu	ıição Social
	2011	2010	2011	2010
Saldo do custo atribuído no início do exercício	136.059	139.525	136.059	139.525
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(4.048)	(3.466)	(4.048)	(3.466)
Base	132.011	136.059	132.011	136.059
Alíquotas (i)	2% a 25%	3,2% a 25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	32.646	33.355	11.881	12.245

(i) As alíquotas relativas às taxas efetivas de imposto de renda calculadas para o período em que as controladas usufruem do benefício fiscal da SUDENE, isenção de 75% do lucro da exploração da atividade, são inferiores a taxa incidente na Controladora.

As taxas efetivas de imposto de renda das controladas até o exercício de 2021, são: Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte 1,52%; e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio 2,2%.

				Controladora	
	Impo	sto de Renda	Contribuição Socia		
	2011	2010	2011	2010	
Saldo do custo atribuído no início do exercício Realização do custo atribuído ao imobilizado	105.728 (2.928)	108.856 (3.128)	105.728 (2.928)	108.856 (3.128)	
Base	102.800	105.728	102.800	105.728	
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	
Saldo do imposto diferido	25.700	26.432	9.252	9.516	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Subvenções governamentais

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, os benefícios gerados são registrados no patrimônio líquido das controladas em conta de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Cedronorte e da Santo Antônio são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudos do Ministério da Integração Nacional MIT nºs 0114/2005 e 0234/2006 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nºs 10620.000353/2005-89 e 13683.000265/2006-11; e
- Projetos de Modernização total dos empreendimentos industriais (75% com vigência a partir do anocalendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudos Constitutivos do MIT nº 0090/2010 e 119/2010 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nºs 13609.001.083/2010-37 e 10620.000.494/2010-69, Atos Declaratórios Executivos DRF/STL/MG nº 005/2011 e nº 001/2011.

25 Lucro por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

			2011
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Lucro líquido do período	7.294	5.486	12.780
Denominador Média ponderada do número de ações	4.457	3.352	7.809
Lucro básico e diluído por ação	1,64	1,64	
			2242
	Ordinárias	Preferenciais	2010 Total
Numerador Lucro líquido do período	8.193	6.163	14.356
Denominador Média ponderada do número de ações	2.037	1.532	3.569
Lucro básico e diluído por ação	4,02	4,02	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Plano de participação no resultado

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu provisão para pagamento do bônus a empregados no montante de R\$ 877, reconhecido na rubrica de "salários a pagar".

27 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2011 a cobertura para risco de incêndio raio e explosão de qualquer natureza totaliza no consolidado R\$ 80.509 (controladora - R\$ 72.500) (2010 – R\$ 170.753, controladora R\$ 120.306).

28 Reconciliação do EBTIDA com o lucro líquido do exercício – consolidado (não auditado)

	2011	2010
EBITDA	56.050	42.966
Resultado financeiro (Nota 23)	(24.043)	(12.740)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24(a))	(2.621)	(1.201)
Depreciação e amortização (Notas 13 e 14)	(13.457)	(14.372)
Lucro líquido do exercício	15.929	14.653

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Ratton Mascarenhas – Presidente Amélia Gonzaga Carvalho Silva – Vice-presidente Silvio Diniz Ferreira Júnior - Secretário André Maurício Miranda Aguinaldo Diniz Filho Clarissa Cançado de Lara Resende Estevam Rodrigo de Mascarenhas e Magalhães Fabiano Soares Nogueira Fernando Bicalho Dias Luciana Curi Araújo Mattos Mascarenhas Paula Mascarenhas de Freitas Borges Ricardo dos Santos Junior Sérgio Rabello Tamm Renault

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho – Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Fabiano Soares Nogueira – Diretor Industrial
Victor Mascarenhas de Freitas Borges – Diretor de Suprimentos
Luiz César Guimarães – Diretor Comercial
Francisco Geraldo Batista Cavalcanti – Diretor de Operações Industriais
Marco Antônio Branquinho Júnior – Diretor de Gestão e Recursos Humanos

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares – Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4 Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1